

*Razão e experiência na constituição do conhecimento histórico: reflexões sobre os aspectos indiciários do paradigma newtoniano*<sup>1\*</sup>

SARA ALBIERI<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo

**Resumo:** Em trecho da *Apologia da História*, Marc Bloch alude à constituição do conhecimento histórico como um exercício de precisão das palavras, a meio caminho entre a cientificidade um tanto rudimentar da historiografia metódica francesa do século XIX, e a concepção tradicional da história enquanto arte literária. A proposta de Bloch trata corretamente da questão do conhecimento histórico na relação convergente entre razão e experiência. O exame das formas dessa relação quando do advento da ciência moderna - em especial a ciência experimental do homem compreendida no paradigma newtoniano - pode ajudar a iluminar a questão. Principalmente, a visão newtoniana do estatuto do conhecimento histórico parece compatível com o paradigma indiciário recentemente associado à historiografia.

**Palavras-chave:** Razão-Experiência; Conhecimento Histórico; Paradigmas Científicos; Ciência Moderna; Newtonianismo

**Abstract:** Marc Bloch, in his *The Historian's Craft*, refers to the constitution of historical knowledge as a task requiring language precision, to be developed somewhere between the rather pedestrian conception of science of French late nineteenth-century academic historians and the established view of history as a literary art. Bloch's proposal justly places the problem of historical knowledge within the converging relation of reason and experience. The matter may be enlightened by recalling the forms of such relation through the development of modern science – mainly the experimental science of man covered by the newtonian paradigm. Above all, the newtonian approach to historical knowledge seems compatible with the evidential paradigm recently associated to historiography.

**Keywords:** Reason-Experience; Historical Knowledge; Scientific Paradigms; Modern Science; Newtonianism.

---

<sup>1\*</sup> Artigo submetido à avaliação em abril de 2010 e aprovado para publicação em maio de 2010.

Marc Bloch, nos conhecidos apontamentos reunidos postumamente sob o nome *Apologia da História*, assim apresentava as linhas gerais que constituem o conhecimento histórico:

Do caráter da história como conhecimento dos homens decorre sua posição específica em relação ao problema da expressão. Será uma ‘ciência’? ou uma ‘arte’? Sobre isso nossos bisavós, por volta de 1800, gostavam de dissertar gravemente. Mais tarde, por volta dos anos de 1890, banhados em uma atmosfera de positivismo um pouco rudimentar, pode-se ver especialistas do método indignarem-se com que, nos trabalhos históricos, o público desse importância, para eles excessiva, ao que chamavam ‘forma’ [...].

Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pois será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?), uma grande finesse de linguagem, [uma cor correta no tom verbal] são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir. Entre a expressão das realidades do mundo físico e a das realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do *luthier*: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o *luthier* guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria bom nem que o fresador se contentasse com o empirismo do *luthier*, nem que este pretendesse imitar o fresador. Será possível que haja, como o tato das mãos, um das palavras? (Bloch, 2002, p. 52-53).

Nessas linhas quase rascunhadas se desenhavam, não obstante, as questões que, desde já há algum tempo, ocupavam a moderna Teoria da História, frente ao crescente prestígio acadêmico das ciências naturais. Para alcançar a precisão da linguagem científica, a História deveria renunciar à busca pela bela forma, aos recursos de estilo que a aproximariam da narra-

ção enquanto arte literária. Bloch remete a consolidação dessa distinção ao “positivismo um pouco rudimentar” da chamada Escola Metódica francesa, cujos especialistas retornavam de estudos na Alemanha de Ranke com novas concepções acerca do ofício do historiador.<sup>2</sup> A nova historiografia acadêmica firmava-se como disciplina, começando justamente por recusar as práticas centenárias do fazer histórico, centradas no relato e na memória; tratava-se de privilegiar o emprego do método sobre o exercício da narração, característico dos historiadores antigos, dos cronistas e memorialistas, enfim, do que se lhes afigurava como um passado de poetas e amadores a ser superado. Para buscar a precisão científica, era preciso ancorar a narrativa no exame rigoroso dos documentos; o solo firme das fontes constituía a base empírica que permitia o estabelecimento dos fatos, portadores da objetividade e da verdade histórica. A postura epistemológica dessa corrente historiográfica expressava então uma certa visão, derivada da divulgação da ciência experimental moderna, acerca da natureza do método para se atingir o conhecimento científico.

Sabemos que Marc Bloch e Lucien Febvre voltaram-se contra esse modelo de historiografia, dominante quando da inauguração da revista dos *Annales*, no final dos anos de 1920. Os inúmeros comentários, produzidos retrospectivamente sobre o momento fundador dessa que viria a ser conhecida como a primeira geração de uma nova escola de historiografia, destacam a crítica dos “analistas” à história dos grandes homens, aos modos de periodizar privilegiando marcos da História Política, enfim, à história dos acontecimentos. E porque a historiografia por eles criticada era associada a uma certa concepção, dita positivista, do conhecimento histórico, via de regra inferiu-se, com alguma superficialidade, que era a própria possibilidade de cientificidade da história que estava posta em questão. Contudo, um exame mais atento das linhas de Bloch pode sugerir uma concepção diversa de conhecimento científico, mais compatível com as reflexões contemporâneas acerca da natureza da ciência – por isso iluminando caminhos para o estabelecimento da natureza do estatuto do conhecimento histórico.

No trecho acima, Bloch começa por aludir a uma sutileza essencial dos fenômenos humanos, que escaparia à mensuração matemática. Sua inquietação expressava o entendimento comum segundo o qual a pretensão à cientificidade de qualquer campo de conhecimento deveria seguir os

passos metodológicos bem sucedidos das ciências da natureza, submetendo-se, em princípio, às aferições rigorosas do aparato matemático. Tratava-se de uma compreensão bastante disseminada do exercício da racionalidade científica, com eco ainda em nossos dias, mesmo no meio acadêmico. Examiná-la poderá ajudar a apontar e talvez dissolver alguns dos equívocos que ainda permeiam a questão da cientificidade do conhecimento histórico.

Pelos séculos finais da Idade Média até o florescimento da ciência experimental, por volta do século XVII, a via erudita de legitimação de toda investigação que pretendesse chegar à verdade era aquela da aplicação dos modelos de raciocínio elaborados pelos estudiosos da lógica aristotélica. O desenvolvimento da lógica era coerente com o padrão de conhecimento próprio dos sistemas axiomáticos geométricos. Ora, a geometria se apresentara à especulação filosófica, desde Platão, como método fiador da possibilidade de alcançar a certeza pela via da *razão demonstrativa*. Afinal, as operações geométricas da razão mostravam-se capacitadas a postular, analisar, inferir, chegando a conclusões verdadeiras pela via da demonstração. Por isso Aristóteles, discípulo de Platão, dedica-se a desenvolver uma “geometria” da linguagem e do pensamento: a teoria formal do silogismo, que fornece as regras para inferir conclusões necessárias a partir de premissas assumidas como verdadeiras – em princípio aplicável aos mais diferentes campos da investigação humana. O interesse grego pelos modos de raciocinar levou ao estabelecimento de critérios gerais para determinar se a conclusão de um argumento decorria necessariamente de suas premissas, apenas pelo exame de sua forma. As investigações sobre o uso correto da razão mostraram que só o raciocínio dedutivo poderia ser caracterizado pelos modelos de justificação do conhecimento capazes de produzir demonstrações formalmente verdadeiras.<sup>3</sup>

A lógica, como a geometria, assentava nas capacidades operativas da razão enquanto faculdade autônoma, por isso legitimadas independente de qualquer conteúdo empírico. Tratava-se de submeter os resultados da investigação empírica à ordenação dos modelos lógicos, de modo que a experiência pudesse pretender ao valor de uma demonstração. É fácil imaginar as dificuldades que tal paradigma de pesquisa impunha à ciência experimental da natureza que tomava impulso pelo fim da Idade Média. O novo tipo de pesquisa que se anunciava necessitava lidar com os desafios da experimenta-

ção: quais dados coletar, como organizá-los, a que testes submetê-los, como, enfim, interpretá-los para que as conclusões corresponderem rigorosamente à verdade do mundo. Não é à toa que tantos investigadores entre o século XV e o XVII apontassem para as insuficiências da lógica dedutiva aristotélica para lidar com os problemas postos pela investigação empírica. Esta exigia não um modo de legitimação de resultados – como aquele da a lógica – mas um guia para os procedimentos experimentais de descoberta.

Os pensadores do período reconheciam que, por sua própria estrutura, um raciocínio dedutivo deve obter apenas conclusões necessárias a partir de suas premissas, portanto, de certo modo, já implicadas nelas. Aí viam uma certa circularidade, por isso referiam-se às deduções lógicas como modos de provar aquilo que, ao se propor as premissas, de antemão já se sabe. Enquanto que a natureza mesma do conhecimento experimental parecia apontar para seu caráter expansivo: o exame dos casos acessíveis a teste pretende apoiar a formulação de hipóteses generalizadoras, abrangendo uma ampla classe de fenômenos adicionais, considerados em princípio como análogos àqueles que constituíram objeto de experimento. Quando tais generalizações seguiam os moldes da lógica dedutiva, eram propostas na forma de afirmações gerais das quais sempre se poderia deduzir a aplicação para supostos casos análogos, sem apoiar essa explicação em algum tipo de verificação empírica – a garantia formal da razão parecia estender-se aos conteúdos empíricos do raciocínio dedutivo. Porém a ciência experimental deveria fazer avançar o conhecimento do familiar para o novo, sempre propondo explicações arbitradas pelo experimento.

Atento aos novos modos de investigação, Francis Bacon preocupou-se diretamente com estabelecer regras para o raciocínio indutivo como método de descoberta: como, a partir dos casos particulares observados, chegar a princípios gerais que fossem verdadeiros para todos os casos análogos. O seu *Novum Organum*, publicado em 1620, fazia alusão direta à proposta de substituição do *Organum*, título da compilação medieval da lógica aristotélica.

Tal como as ciências, de que ora dispomos, são inúteis para a invenção de *novas obras*, do mesmo modo, a nossa

lógica atual é inútil para o incremento das ciências. A lógica tal como é hoje usada mais vale para consolidar e perpetuar erros, fundados em noções vulgares, que para a indagação da verdade, de sorte que é mais danosa que útil. O silogismo *não é empregado para o descobrimento dos princípios das ciências; é baldada a sua aplicação a axiomas intermediários, pois se encontra muito distante das dificuldades da natureza* (Bacon, 1984, p. 15).

No *Discurso do Método*, um texto publicado em 1637, assim se expressava o geômetra e físico René Descartes:

Eu estudara um pouco, sendo mais jovem, entre as partes da Filosofia, a Lógica, e, entre as Matemáticas, a Análise dos geômetras e a Álgebra, três artes ou ciências que pareciam dever contribuir com algo para o meu desígnio. Mas, examinando-as, notei que, quanto à Lógica, os seus silogismos e a maior parte de seus outros preceitos servem mais para explicar a outrem as coisas *que já se sabem*, ou mesmo, [...], para *falar, sem julgamento, daquelas que se ignoram, do que para aprendê-las*. [...] Depois, com respeito à Análise dos Antigos e à Álgebra dos modernos, além de se estenderem apenas a matérias muito abstratas, e de não parecerem de nenhum uso, a primeira permanece sempre tão adstrita à consideração das figuras [geométricas], que não pode exercitar o entendimento sem fatigar muito a imaginação; e esteve-se de tal forma sujeito, na segunda, a certas regras e certas cifras, que se fez dela uma arte confusa e obscura que embarça o espírito, em lugar de uma ciência que o cultiva. Por essa causa, pensei ser mister *procurar algum outro método* que, compreendendo as vantagens desses três, fosse isento de seus defeitos (Descartes, 1962, p. 52-53). (grifos meus)

Mas coube a Isaac Newton prover as ciências da natureza do método experimental que as desvinculava definitivamente da especulação metafísica. Os *Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*, publicados em 1687, siste-

matizavam as inovações dos cientistas modernos, propondo explicar a ordem do mundo físico – incluídos não apenas os eventos físicos terrestres mas também os celestes – segundo os princípios de uma única teoria, de cunho mecanicista. Experiência e observação eram de importância central no novo método de investigação, que não mais se ocupava do conhecimento das essências, das causas primeiras ou finais, concentrando-se na observação e explicação dos fenômenos por meios matemáticos.<sup>4</sup>

A operação newtoniana, que liberta a investigação científica das preocupações metafísicas e teológicas, também promove um deslocamento da concepção de racionalidade científica. A razão demonstrativa, antes modelo universal de prova e justificação, agora é restrita aos sistemas formais, axiomáticos de conhecimento. Afirma-se progressivamente uma racionalidade experimental, companheira da investigação empírica, que opera no registro indutivo, analógico, probabilístico. Em meados do século XVIII, David Hume consagra a distinção, formulada por Leibniz, entre *verdades de razão* e *verdades de fato*, propondo a divisão de todos os objetos da investigação humana em *relações de idéias* – constitutivas da lógica, da matemática, da geometria – e *questões de fato* – relativas tanto ao conhecimento da natureza física como à natureza e sociedade dos homens.<sup>5</sup> A garantia formal do conhecimento recua, e abre caminho para a justificação do conhecimento pela evidência empírica.

A proposta da nova física acabou por ultrapassar os círculos de especialistas no sentido estrito, para tornar-se um novo paradigma teórico e explicativo para todo o conhecimento da época: dele foram apropriados conceitos e métodos com os quais outros investigadores se posicionaram frente a seus diversos objetos de estudo. À medida que o novo modelo científico passou a ser divulgado entre um público culto mais amplo, ocorreram formas diversas de recepção, utilização e propagação daquele saber. Configurou-se então um movimento intelectual – posteriormente chamado de *newtonianismo*<sup>6</sup> – surgido das apropriações das idéias científicas de Isaac Newton por um público culto não tão especializado, mas disposto a debatê-las e incorporá-las em outros horizontes de investigação – por exemplo, as ciências do homem então nascentes, e com elas uma visão também newtoniana da historiografia.

Na verdade, nosso olhar à distância pode agora constatar que a migração do chamado *método experimental* de Newton para a investigação dos

assuntos humanos fez-se às expensas do próprio método. Pois a nova racionalidade científica que então se aplicava aos fenômenos da natureza, embora incluísse regras e procedimentos formulados em linguagem discursiva, garantia a precisão de seus resultados pelo emprego do cálculo matemático – este sim, o real fiador do sucesso do método. Por outro lado, os primeiros entusiastas setecentistas da “física do homem”, como Voltaire e Hume, propunham na verdade uma interpretação não-matemática dos modos pelos quais razão e experiência deveriam operar na constituição do conhecimento da natureza humana, para o que era fundamental a História.

Os pensadores newtonianos do século XVIII já reconheciam especificidades no estudo do homem, como, por exemplo, a impossibilidade de realizar experimentos controlados ou da verificação repetida de resultados. Contudo, parecia-lhes experiência suficiente a observação dos homens em sociedade, somada aos relatos da história e dos povos distantes, sobre a qual ancoravam generalizações racionadas sobre o comportamento humano, os costumes, as instituições e as leis. Dessa forma, tanto os newtonianos da física como aqueles da cultura, partilhavam um mesmo espírito científico experimental.

Parece então que a concepção newtoniana do conhecimento, como um campo balizado pelos princípios gerais da razão experimental, perdeu a amplitude, inclusiva de todos os saberes, na passagem do XVIII para o XIX. É bastante plausível supor que a progressiva institucionalização das ciências, na forma do ensino e pesquisa acadêmicos, tenha propiciado o nivelamento do método científico em um patamar mais operatório, com características de um treinamento especializado.<sup>7</sup> Tal contexto de produção social do conhecimento tendeu a reforçar a convicção na acuracidade dos cálculos e na força comprobatória dos experimentos – uma crença mais ligada à cultura acadêmica do que à racionalidade científica, em sentido estrito. Assim, quando Marc Bloch se refere aos especialistas do método “banhados em uma atmosfera de positivismo um pouco rudimentar”, alude justamente às práticas científicas institucionais, avaliando-as de fora, a partir de suas próprias reflexões sobre a constituição do conhecimento histórico.

No trecho acima destacado, Bloch parece delinear uma espécie de terceira via entre a concepção de ciência um tanto simplista dos historiadores

acadêmicos do século XIX, e aquilo que se poderia apressadamente afigurar como um mero retorno aos modos literários de narrar a História. A proposta torna-se particularmente interessante se considerarmos o vigor duradouro do debate epistemológico, surgido nos anos de 1970, acerca das características literárias intrínsecas ao discurso historiográfico, que impediriam sua constituição como discurso científico. Porém, de acordo com o presente contexto de argumentação, o atual descrédito da cientificidade da História bem poderia caracterizar uma réplica contemporânea daquela visão rudimentar do trabalho científico – vulgarmente identificado com a precisão milimétrica do ofício do fresador, adequada apenas para tratar da matéria bruta. Ora, se a sutileza dos eventos humanos escapa aos cálculos de precisão, nem por isso deixa de ser cognoscível. O historiador, como o *luthier*, pode desenvolver uma espécie de “tato” refinado das palavras, que permita não só capturá-los na narrativa, mas sugerir a sua compreensão.

É possível identificar, na reação de Bloch, invocando as condições possíveis para o conhecimento histórico do homem, o espírito do newtonianismo moderno. Um conhecimento que, tal como todas as demais ciências não formais, diz respeito à experiência e à observação – mas não enquanto estabelecimento empírico de fatos brutos, conforme a crença vulgar. Mesmo o empirista Hume já lembrava que, embora todo relato histórico em princípio remeta à observação de uma testemunha ocular, contudo raramente o historiador encontra-se em posição de ter alguma experiência direta de seu objeto. Esse tipo de observação é relatado e reproduzido de várias formas, em geral através de longas cadeias de transmissão e recepção, de modo a exigir do historiador um trabalho crítico para o estabelecimento de sua confiabilidade.<sup>8</sup>

Trata-se então de admitir o caráter indireto da experiência na constituição do conhecimento histórico, reconhecido por vários teóricos da História em nossos dias. Bloch observa que o conhecimento do passado será sempre indireto e através de vestígios, de resto uma característica também do estudo do presente, já que nossa experiência do mundo é constituída por uma “coletânea de coisas vistas por outros” (Bloch, 2002, p. 69). Daí a importância do testemunho como veículo privilegiado, vicário da observação.

O caráter “vestigial” da experiência histórica também é lembrado por Carlo Ginzburg (1999). Ele compara dois modos de fazer ciência, aquele

moldado pelo paradigma galileano, e que se tornou característico das ciências naturais em seu desenvolvimento moderno, e outro, menos celebrado, o indiciário, provindo das artes divinatórias e das práticas médicas. No primeiro, a experiência é subsumida e enformada por leis, a partir de teorias generalizadoras. No segundo, o saber se constrói a partir da leitura e interpretação de sintomas e sinais, que permitem inferências para casos análogos. O historiador se inscreve nessa segunda linhagem, da qual também derivam as investigações criminais.

À primeira vista, essa divisão faria supor uma inferioridade epistêmica. O paradigma indiciário estaria mais atento aos procedimentos de observação indireta de sintomas e testemunhos, portanto preso ao tecido da experiência, e com emprego limitado da racionalidade científica; enquanto o programa galileano permitiria à razão sobrevoar as miríades de casos reunindo-os sob a inteligibilidade das leis. Contudo, se considerarmos que as investigações dos modernos sobre a natureza só se constituem de fato como um paradigma de pesquisa a partir de Newton, podemos constatar que este era suficientemente amplo para admitir uma gama complexa de relações entre razão e experiência, que incluíam os procedimentos indiciários.

Para melhor esclarecer esse ponto, podemos voltar à questão experimental do exame dos testemunhos. Por exemplo, Bloch já alertava para a ingenuidade de tomar as fontes narrativas como sendo escritos testemunhais voluntários a constituir a base empírica da investigação histórica. Na verdade, o historiador estaria compelido a lidar com aquelas testemunhas convocadas “à revelia”, sujeitas a um interrogatório enviesado através de falhas, omissões e sinais contraditórios. “Que a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito, os mais ingênuos dos policiais sabem bem” (Bloch, 2002, p. 89).

Numa convergência interessante, o inglês R.G. Collingwood, contemporâneo de Bloch, também recorria à analogia entre o ofício do historiador e a investigação policial. Nos escritos coligidos em *A Idéia de História*, Collingwood critica o método vigente na historiografia britânica, que ele chama de “história de cola-e-tesoura”:

[...] os historiadores de cola e tesoura estudam os períodos; coligem todos os testemunhos existen-

tes acerca dum numero limitado de eventos, esperando, em vão, que dali saia alguma coisa. Os historiadores científicos estudam os problemas: fazem perguntas, e - quando são bons historiadores - fazem perguntas em que se entreve o caminho para as respectivas respostas (Collingwood, 1978, p.341).

O novo historiador não age como Sherlock Holmes, recolhendo sistematicamente todas as pistas, para depois organizá-las com algum nexu, mas antes como Hercule Poirot, usando as “pequenas células cinzentas” para pensar antes de agir, propondo questões que orientem seletivamente a pesquisa das pistas.<sup>9</sup> Por isso Collingwood considera este segundo tipo de historiador, com seu método de perguntas e respostas, mais científico.

Mais recentemente, também Paul Veyne fez interessantes reflexões sobre o tipo de lógica que preside o raciocínio histórico. A explicação histórica tem que preencher as lacunas da documentação através de argumentos apoiados em generalizações prováveis acerca do que costuma ocorrer com maior frequência. Dentre eles, Veyne destaca a “lógica da descoberta” exercida pela inferência típica tanto da investigação policial como da histórica. Por exemplo: “neste baixo relevo, este romano está representado deitado; ora, sabe-se pelos textos que os Romanos comiam deitados, por conseguinte é sinal de que este romano está representado quando se preparava para comer” (Veyne, 1977, p. 84).

Todas as evocações de procedimentos investigativos chamam a atenção para um outro modo de a razão operar em relação à experiência. Na concepção formal de razão dedutiva, qualquer dos dois modos de investigação restaria fora das operações de legitimação racional das conclusões. Mas é possível reconhecer, na prática da investigação histórica, um outro modo de racionalidade que se manifesta na identificação de problemas, na formulação de hipóteses e na busca investigativa de respostas a partir justamente da evidência indireta, fornecida por vestígios, fragmentos e testemunhas hostis. As analogias que o historiador indiciário pratica, caso a caso, constituem uma forma de operar da razão experimental. Índícios observados e hipóteses elaboradas para explicá-los reúnem experiência e razão na constituição do conhecimento histórico.

### Referências

- ALBIERI, S. David Hume: filósofo e historiador. In: Marcos Antonio Lopes. (Org.). *Idéias de Historia. Tradição e Inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2007, v. 1, p. 203-229.
- BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *Les Écoles Historiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- CASINI, Paolo. *Newton e a consciência européia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- CASSIRER, E. *The Philosophy of the Enlightenment*. Boston: Beacon Press, 1966. Tradução brasileira: *A filosofia do iluminismo*. Campinas : Unicamp, 1994.
- COHEN, I. *The Newtonian Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- COHEN, I. B. e WESTFALL, R. S. (Org.). *Newton: textos, antecedentes, comentários*. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ, 2002
- COLLINGWOOD, R.G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1978.
- COPI, Irving. *Introduction to Logic*. New York: Macmillan, 1982. Tradução brasileira: *Introdução à Lógica*. São Paulo: Mestre Jou.
- DESCARTES, René. Discurso do Método. In: DESCARTES, René. *Obra Escolhida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

FISCHER, D.H. *Historian's Fallacies: toward a logic of historical thought*. New York: Harper & Row, 1970.

GARDINER, P. (Org.). *Teorias da História*. Lisboa: Gulbenkian, 1984.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GUINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais*. Companhia das Letras, 1999.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS, C. *Introduction aux Études Historiques*. Paris: Hachette, s/d.

LOSEE, John. *Introdução Histórica à Filosofia da Ciência*. Col. O Homem e a Ciência. Vol.5. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1979.

MARROU, H. I. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MORTARI, César. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Unesp,

NEWTON, Isaac. *Princípios matemáticos de filosofia natural*. São Paulo: Edusp, 2002.

SHAPIN, S. *A social history of truth. Civility and science in seventeenth-century England*. Chicago: Chicago University Press, 1996.

SHAPIRO, B. J. *Probability and certainty in the seventeenth-century England: a study of the relationship between natural science, religion, history, law, and literature*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

SILVER, Brian L. *A escalada da ciência*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

SOARES, L. C. *A Albion Revisitada: Ciência, Religião, Ilustração e Comercialização do Lazer na Inglaterra do século XVII*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

VEYNE, Paul. A história conceptualizante. In: LEGOFF, J.; NORA, P.(Orgs.) *Fazer História novos problemas*. Lisboa:Bertrand, 1977.

### Notas

<sup>1</sup> Professora Livre-Docente de Teoria da História no Departamento de História da FFLCH/ USP

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, o volume de história da historiografia de G. Bourdéd e H. Martin, *Les Écoles Historiques*. Bastante representativo é também o manual *Introduction aux Études Historiques*, escrito por C.V Langlois e C. Seignobos em fins do século XIX.

<sup>3</sup> Sobre a história da lógica, ver, por exemplo, Irving Copi, *Introduction to Logic*. Uma boa apresentação do atual estado da arte pode ser encontrada em César Mortari, *Introdução à Lógica*.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Isaac Cohen, *The Newtonian Revolution*.

<sup>5</sup> David Hume, *Enquiry concerning Human Understanding*, Section IV.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Paolo Casini, Newton e a consciência européia; Ernest Cassirer, *A Filosofia do Iluminismo*; Luiz Carlos Soares, *A Albion Revisitada. Ciência, Religião, Ilustração e Comercialização do Lazer na Inglaterra do século XVII*.

<sup>7</sup> Thomas Kuhn, em *A estrutura das revoluções científica*, propôs a noção de “ciência normal”, bastante frutífera para caracterizar a atividade científica institucionalizada socialmente.

<sup>8</sup> Apresento o historiador Hume no artigo David Hume: filósofo e historiador, parte da coletânea *Idéias de História. Tradição e Inovação de Maquiavel a Herder*.

<sup>9</sup> Collingwood alude aos então bem conhecidos personagens detetives das novelas policiais, respectivamente, de Conan Doyle e de Agatha Christie.